

**A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A COVID-19: O CONTEXTO DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS PAULISTAS**

**STUDENT ASSISTANCE AND COVID-19: THE CONTEXT OF FEDERAL UNIVERSITIES
IN SÃO PAULO**

Eduardo Henrique Moraes Santos¹

Raquel de Oliveira Mendes²

Ana Carolina Gonçalves da Silva Santos Moreira³

Cíntia Karim dos Santos⁴

Resumo: Este artigo objetiva relacionar os impactos da pandemia da COVID-19 com a organização das principais ações afetadas na assistência estudantil das universidades federais presentes no estado de São Paulo, diante do horizonte da permanência universitária em um contexto de intensificação das vulnerabilidades sociais. Utiliza como fontes de coleta a pesquisa bibliográfica e documental, através de um banco de dados pré-existentes e informações buscadas em sites e documentos oficiais institucionais. Identifica a mencionada pandemia como um elemento de profundo impacto societário, desencadeante de mudanças

¹ Assistente Social, Graduação em Serviço Social pela UFTM, Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela UNIFESP, doutorando no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutorando no Programa de Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC), Assistente Social na Prefeitura de Osasco. Compõe o Grupo de estudos Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social (GEFEPSS) e o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ações Afirmativas e Assistência Estudantil. <https://orcid.org/0000-0002-8000-9552> E-mail: ehm.santos@unifesp.br

² Assistente Social, Graduação em Geografia (UFMA) e em Serviço Social (UFS). É assistente Social da Universidade Federal de Sergipe, mestra em Educação Profissional e tecnológica (IFS) e Doutoranda do Programa de Políticas Públicas da UFABC. Compõe o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ações Afirmativas e Assistência Estudantil e o Núcleo em Inovação Tecnológica e Metodológica do IFS. É coordenadora de promoção de políticas sociais e enfrentamento às opressões – Gênero, Etnia e Diversidade Sexual do sindicato dos trabalhadores/as Técnicos administrativos/as da UFS (SINTUFS). <https://orcid.org/0000-0001-9012-6368> E-mail: raquelmendes.as@gmail.com

³ Assistente social, Graduação em Serviço Social pela Universidade do Vale do Paraíba (Univap), Especialista em Políticas Públicas em Educação, com aperfeiçoamento em Educação Ambiental, Mestra em Desenvolvimento Humano pela Universidade de Taubaté (Unitau), Assistente Social na Universidade Federal de São Paulo, Docente no Curso de Serviço Social da Univap. Compõe o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ações Afirmativas e Assistência Estudantil. <https://orcid.org/0000-0001-7889-0056> E-mail: carolinamoreira@unifesp.br

⁴ Assistente Social, Graduação em Serviço Social pela Universidade Tiradentes, Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Assistente Social na UFBA. Compõe o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área de Educação (GEPESSE/BA) e o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ações Afirmativas e Assistência Estudantil. <https://orcid.org/0000-0003-3731-1841> E-mail: cintia.ssocial@gmail.com

Artigo submetido em: 09 de abril de 2021.

Artigo aceito em: 09 de maio de 2021.

p. 106-134, DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202121>

na oferta destas ações para a atualidade que, por sua vez, são desenvolvidas de diferentes formas para cada instituição, com seus pontos sólidos e frágeis perante a viabilização do direito estudantil no cenário de crise sanitária, que, em seu turno, apresenta forte relação à disposição de estrutura e de recursos que precedem a própria pandemia. Como um dos principais resultados destaca-se a oferta dos serviços de inclusão digital e dos auxílios emergenciais institucionais no cenário da assistência estudantil paulista como relevantes estratégias de permanência, no contexto contemporâneo, uma vez que antes da pandemia estas dimensões não eram pautadas nas ofertas institucionais de forma prioritária.

Palavras-chave: Assistência estudantil. COVID-19. Pandemia. Universidades Federais. São Paulo.

Abstract: This paper aims to relate the impacts of the COVID-19 pandemic with the organization of the main actions affected in student assistance at federal universities present in the state of São Paulo, in view of the horizon of university permanence in a context of intensification of social vulnerabilities. It uses bibliographic and documentary research as sources of collection, through a pre-existing database and information sought from official institutional websites and documents. It identifies the aforementioned pandemic as an external element, outside student assistance, triggering changes in the offer of these actions for the present time, which, in turn, are developed in different ways for each institution, with its solid and fragile points in view of the viability of the program, student right in the scenario of health crisis, which, in turn, has a strong relationship to the provision of structure and resources that precede the pandemic itself. In addition, digital inclusion and institutional emergency aid in the scenario of student assistance in São Paulo are the main highlights in the contemporary context, since before the pandemic these dimensions were not ruled as a priority among university permanence strategies.

Keywords: Student Assistance. COVID-19. Pandemic. Federal Universities. São Paulo.

INTRODUÇÃO

Os anos de 2020 e 2021, no Brasil e no mundo, foram marcados por diversas mudanças de funcionamento dos serviços públicos e do cotidiano da população em geral, em decorrência da crise sanitária da COVID-19. No campo da educação superior, entre as alterações impostas para controle da disseminação da doença, houve o fechamento dos campi das universidades em todo o país, desdobrando-se na suspensão das aulas presenciais e dos atendimentos presenciais realizados.

Diante do desafiador contexto, inúmeros pesquisadores, de diversas áreas do conhecimento, debruçam-se na tarefa de investigar as diferentes facetas do vírus Sars-CoV-2, causadora da doença COVID-19, e suas consequências biológicas, políticas, econômicas e sociais. A literatura sobre o assunto, como veremos adiante neste artigo, destaca o aprofundamento das vulnerabilidades e da desigualdade social, em uma sociedade demarcada por acessos desiguais aos serviços públicos, traduzindo em desafios em adaptar-se ao atual cenário, de modo a promover a garantia de direitos da população.

O direito à educação, por sua vez, insere-se no mencionado contexto em que a atual crise sanitária impõe barreiras adicionais aos que, historicamente, o acesso e a permanência no ensino superior já enfrentavam. A assistência estudantil brasileira, ferramenta que objetiva viabilizar os direitos estudantis, incorpora as dimensões sociais, econômicas, culturais e sanitárias, por meio de ações multifacetadas que respondam às demandas dos discentes com intuito de viabilizar a permanência nas universidades públicas.

Logo, as estratégias de assistência estudantil, no cenário da COVID-19 que aprofundou as vulnerabilidades socioeconômicas, defrontaram-se com os dois grandes desafios: o aumento das demandas do público atendido e a reorganização institucional para manutenção dos atendimentos neste período, onde a proteção discente se faz ainda mais necessária.

Deste modo, este artigo propõe reflexões sobre as configurações das ações de assistência estudantil no contexto de pandemia, com recorte nas três universidades federais situadas no estado de São Paulo, considerando as especificidades do território paulista, de modo a evidenciar as potencialidades das referidas ações e de suas adequações para responder às demandas da realidade social.

Vale mencionar que a autonomia universitária possibilita que essas instituições de ensino elaborem e executem diferentes estratégias de proteção ao direito estudantil, de modo a responder às singularidades inerentes a cada realidade. Assim, mesmo antes da pandemia, as experiências de assistência estudantil encontravam-se diversificadas, na atualidade isto não é diferente.

Diante deste cenário, surgem reflexões que aqui trazemos à tona, sobretudo em como essas universidades estão respondendo à crise sanitária e seus impactos sociais, na perspectiva de garantia de direitos. Chamamos a atenção para as características históricas e contemporâneas destas estratégias de permanência estudantil nas universidades, de modo a visualizar quais foram as mudanças e quais são as tendências que ocorrem na assistência estudantil no atual cenário.

As três universidades selecionadas para essa reflexão foram: a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), a Universidade Federal do ABC (UFABC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFScar), que se encontram na região Sudeste, no estado de São

Paulo, sendo as duas primeiras na região metropolitana da capital e terceira no interior do estado, todas com números de estudantes similares.

Usou-se um banco de dados pré-existente a respeito das configurações da assistência estudantil em 2019, antes da pandemia (SANTOS, 2020), e colheu-se os novos dados, de 2020 e 2021, através da pesquisa documental em sites e redes sociais oficiais dessas instituições de ensino, consultando editais, notícias, portarias e circulares normativas, criando um banco de dados paralelo.

Para a compilação de informações com base nas informações obtidas, usou-se da técnica de medição binária que, segundo Toshkov (2016), pode aferir a presença e ausência ou continuidade e interrupção de uma ação, e a medição nominal/categórica que, por sua vez, auxilia na identificação de diferentes tipos e organização de uma mesma ação ofertada por mais de uma instituição.

O artigo está dividido em três partes, na primeira tem-se a exposição de conjuntura paulista marcada pela crise sanitária que, por seu turno, destaca a problematização deste artigo, diante da intensificação das vulnerabilidades sociais. Em seguida, contextualiza-se a assistência estudantil no Brasil, evidenciando aspectos conceituais que demarcam a trajetória destas ações no país. Por fim, debate-se as (re)configurações das mencionadas ações de proteção discente nas três instituições analisadas, perante a ampliação das demandas presentes no contexto social contemporâneo.

A PANDEMIA E SEUS IMPACTOS SOCIAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO

O surto da doença COVID-19 no Brasil impactou a população de diferentes formas, seja: social, cultural, política e economicamente. Para o controle da atual crise sanitária, adotou-se o isolamento em diversos territórios, suspendendo serviços presenciais e alterando os meios de acessos de modo compatível ao atual momento histórico.

Como veremos a seguir, o contexto brasileiro perpassa por particularidades em que a desigualdade socioeconômica já existente se amplia com o advento da pandemia.

Deste modo, entre as diversas consequências deste contexto, evidenciam-se as barreiras para o acesso e permanência nos serviços públicos que viabilizem a garantia dos direitos, como a educação superior.

Destarte, com os primeiros casos no mundo ainda em 2019 e, pouco depois, com as primeiras notificações de contaminação no Brasil em 2020, sendo o estado de São Paulo a unidade federativa com o maior número de casos, atualmente a COVID-19 já fez 333,000 vítimas em todo território nacional (BRASIL, 2021). Em outras palavras, diante das perdas o Brasil vivencia uma crise humanitária sem precedentes que, por sua vez, chama a atenção para o lugar das políticas públicas neste território, de modo a dar respostas a destacada conjuntura.

Neste sentido, destaca-se o descompasso do governo federal diante do planejamento para lidar com a pandemia, caracterizado por ações autoritárias de ótica utilitarista, em que se prioriza a sobrevivência da economia em detrimento da sobrevivência da classe trabalhadora (GUIMARÃES e PINHEIROS, 2021). Este cenário expressa os desafios e os limites postos às políticas e as instituições públicas em dar resposta às demandas da dinâmica realidade social.

Como se não bastasse, o negacionismo científico do atual presidente da república (Jair Messias Bolsonaro) e a proliferação das chamadas *fake News*, tem dificultado o combate da COVID-19 em diversos níveis (CAPONI, 2020), reiterando a desvalorização da universidade pública e da produção de conhecimento brasileira. Segundo a citada autora, a ausência de investimentos na ciência e tecnologia exemplifica o atual cenário.

Mais especificamente, o estado de São Paulo, sendo o mais populoso do país, é também a unidade federativa com maior número de casos. Um estudo realizado pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP – em 2020 com mais de 110 pesquisadores, tendo como público os municípios da região metropolitana de São Paulo e na Baixada Santista, identificou que devido os impactos sociais da pandemia, a vulnerabilidade das comunidades se agravaram, interferindo na capacidade da população em tomar decisões que poderiam protegê-las da covid-19 e das outras violações dos direitos (UNIFESP, 2020).

Entre as dimensões que caracterizam o contexto acima ressaltado, destaca-se o desemprego que, segundo Barbosa, Costa e Hecksher (2020), já vinha crescendo nos

últimos anos e, devido às consequências da gestão federal mediante à pandemia, notou-se uma elevada proporção deste fator. Vale mencionar que, neste cenário de alto índice de desemprego, o poder do trabalhador de posicionar-se e, ainda sim, manter-se no emprego é muito frágil, o que aumenta as possibilidades de precarização dos meios de trabalho (ANTUNES, 2018).

A pesquisa da UNIFESP ainda ressalta outros impactos sociais da COVID-19 em território paulista, como o aumento da fome, a dificuldade de acesso aos benefícios sociais – auxílio emergencial e programas de alimentação –, a sobrecarga da mulher na reprodução social da vida que, por sua vez, acentua-se a desigual divisão de tarefas perante a maior demanda familiar, como cuidar dos filhos – incluindo o processo de escolarização remota –, manutenção da casa, alimentação da família, entre outras responsabilidades que, em muitos casos, a mulher é a única responsável, sem uma rede de apoio.

As autoras Ferreira e Silva (2021), ao instigar reflexões sobre os impactos da COVID-19 para a classe que vive do trabalho, destacam a incompatibilidade da atual lógica do projeto societário dominante, calcada em acumulação de capital, diante o discurso da superação das desigualdades sociais. Como desdobramento, as *contra reformas* estatais dos últimos anos vem desmantelando os serviços públicos ao ponto de, em grandes crises (como a sanitária que hoje assola o Brasil), não haver estrutura suficiente que garanta a devida proteção social.

Assim, como mencionado, os serviços públicos se viram diante da necessidade de adaptar-se ao novo momento histórico, respeitando o isolamento social para conter a disseminação do vírus, dentro de seus limites institucionais, políticos e de área de atuação, como a saúde, assistência social e a educação. Deste modo, escolas, universidades e outros serviços passaram a funcionar sobre a lógica improvisada do trabalho e a educação remota.

De forma a evitar a interrupção das atividades acadêmicas, o Ministério da Educação (MEC) emite diversas portarias de modo a flexibilizar o ensino, com evidentes inclinações para o sistema de Educação à Distância (EaD). Porém, como afirmam as pesquisadoras Bolorino e Freire (2020), estas ações são tomadas em desconexas com a realidade social brasileira, demarcada por desigualdades socioeconômicas.

A falta de acesso a computadores e outros equipamentos, internet, ambiente domiciliar adequado para os estudos, divisão de espaços com outros familiares que, por vezes, também precisa trabalhar e estudar remotamente, além das outras implicações sociais e estruturais aqui já ressaltadas, expressando os desafios relacionados ao gênero e a classe que se acentuam no isolamento, representam barreiras diante da permanência no direito à educação.

Deste modo, o ilustrado contexto ressalta, mais uma vez, a necessidade e a urgência da assistência ao estudante por meio de ações que possibilitem ao discente ficar em isolamento social sem que tenha que evadir do sistema educacional. As universidades e institutos federais, possuidoras de autonomia didático-administrativa, veem-se no desafio de responder às acentuadas demandas do contexto social e sanitário de modo a fortalecer a permanência estudantil universitária.

BREVE HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

A assistência estudantil nas universidades brasileiras vem sendo estruturada, ao longo dos anos, por ações que visam proporcionar melhores condições de permanência aos estudantes nelas matriculados, por meio de políticas de inclusão e acesso ao ensino superior. Tais estratégias possibilitam às classes historicamente menos favorecidas permanecerem nas vagas em instituições públicas de ensino superior em todo o país (PAURA, 2013).

A ampliação do acesso da população brasileira ao ensino superior público, como forma de apropriação do direito social à educação, tem tornado estes espaços, historicamente ocupados pelas elites, cada vez mais representativos, a partir da participação das camadas mais empobrecidas da população brasileira (FONAPRACE, 2018). Assim, ampliar essa efetiva participação é fundamental, posto que a discussão sobre uma sociedade livre e justa perpassa as discussões sobre o acesso e a permanência estudantil, haja vista que estas políticas permitem aos estudantes contar com condições justas e equânimes de participação dos espaços acadêmicos e universitários.

De acordo com o estudo de Paura (2013), diferenças educacionais associadas às condições socioeconômicas são as principais responsáveis pelo quadro de desigualdade

social vivenciado no país, assim como, historicamente, a mobilidade social ascendente depende diretamente dos níveis educacionais aos quais se tem acesso, o que ressalta a importância de se debater a inclusão e a permanência no sistema educacional.

Destarte, as primeiras ações de proteção estudantil no ensino superior datam de 1928, com a Casa do Estudante em Paris, criada para auxiliar estudantes brasileiros com dificuldades de se manterem na capital francesa. Após, em 1931, com a instituição da Lei Orgânica do Ensino Superior, inicia-se a legitimação estatal do apoio aos universitários em condição de vulnerabilidade econômica em território nacional, com bolsas de estudos. Outros avanços são incorporados progressivamente nas Constituições Federais brasileiras - 1934, 46 e 67 -, incluindo assistência alimentar, médica e odontológica. Este conjunto de ações embrionárias da assistência estudantil eram ofertadas de forma centralizada no governo federal até 1980, data em que ocorreu a extinção do Departamento de Assistência ao Estudante - DAE.

A partir deste momento, de descentralização das ações de promoção à permanência universitária no país, ocorreu uma profunda reconfiguração do desenho, da oferta e do financiamento da assistência estudantil brasileira. Esse marco complexifica a compreensão desta estratégia de permanência universitária até os dias atuais.

Não distante, vale mencionar que o primeiro restaurante estudantil no Brasil foi criado e gestado pela União Nacional de Estudantes (UNE), em 1942, que funcionou na própria sede da organização, demonstrando a presença da organização dos universitários nas pautas de permanência estudantil (POERNER, 1995).

No que concerne à democratização das oportunidades de acesso ao ensino superior, a adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Sistema de Seleção Unificada (SISU) expressa a descentralização do ingresso nas Universidades Federais brasileiras (UFs), estabelecendo "isonomia na participação dos candidatos, permitindo inclusive que concorrerem a vagas em instituições de outros estados" (PACHECO, 2019, P. 228), favorecendo o ingresso das camadas populares no ensino superior e, com isso, o aumento da demanda pela assistência estudantil.

As fragilidades econômicas, sociais e educacionais que uma parcela desses estudantes apresenta ao ingressar na universidade, aliadas às formas diversas de exclusão que irão encontrar no meio acadêmico, podem inviabilizar sua permanência e conclusão de seus cursos (MAGALHÃES, R. P. 2013, p.72).

De forma objetiva, as expressões da questão social apresentadas por este público justificam a ação profissional e institucional para atendimento, quais sejam: pobreza, desigualdades e diversas vulnerabilidades que caracterizam os estratos mais empobrecidos da classe trabalhadora, e que demandam moradia e restaurantes universitários, creche, inclusão digital, apoio pedagógico, social e psicológico, entre outras formas de garantia de direitos.

As estratégias de permanência do estudante, portanto, "são questões importantes de serem consideradas, principalmente, dos estudantes de origem popular que têm suas trajetórias marcadas por intenso processo de desigualdade social" (PEREIRA; SILVA, 2010, p.24), viabilizando longevidade escolar e que os discentes possam concluir o curso no prazo estabelecido, coibindo, portanto, a evasão e a retenção.

No contexto de reestruturação das Universidades Federais - UFs, as ações de assistência estudantil surgem como uma das principais estratégias para o desenvolvimento do processo de expansão e democratização do acesso ao ensino superior preconizados pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), visando garantir uma permanência estudantil qualificada e articulada às políticas acadêmicas (PAURA, 2013).

Vale ressaltar que as lutas e disputas políticas travadas pelas representações estudantis, docentes e de demais grupos que representam o sistema educacional, possibilitam com que as estratégias de assistência acompanhem o movimento dinâmico da realidade social. A promulgação do decreto que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, em 2010, e à Lei nº 12.711/2012, a Lei de Cotas, são resultados disto, expressando a função pública, gratuita e de qualidade das universidades federais.

De outro modo, de acordo com Imperatori (2017), a assistência estudantil luta por legitimação, uma vez que é reconhecida como estratégica no combate às desigualdades sociais, na ampliação e democratização das condições de acesso e permanência no ensino superior público brasileiro, mas tem muitos desafios a serem superados.

A fragilidade normativa em que se encontra o PNAES (como sendo uma política de governo e não de Estado), além do limitado e insuficiente orçamento voltado para a materialização da assistência estudantil no Brasil, expressam-se como obstáculos diante

a obtenção de uma ampla proteção ao discente universitário (MARTINS; JUNIOR; RODRIGUES, 2019)

Com isto, evidencia-se que o processo sócio-histórico brasileiro e suas dimensões políticas, culturais e sociais, caracteriza a assistência estudantil no país, de modo a expressar a realidade social e seus desafios perante a viabilização do direito à educação. Logo, alterações nesta dinâmica representam, também, possíveis alterações das estratégias de permanência universitária.

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PAULISTA NA PANDEMIA

As demandas que se apresentam no cenário social, sejam de caráter político, econômico e, sobretudo as demandas sanitárias, na atualidade, influenciam o modo como a assistência estudantil produz e organiza suas respostas visando contemplar aquela determinada realidade territorial. As universidades federais, presentes no estado de São Paulo, representam regionalmente estas características diante do contexto de crise sanitária causada pela COVID-19.

Esse desafiador cenário materializa-se de forma repentina e sem avisos prévios para as instituições, na medida em que suspende as aulas presenciais, adota-se o ensino emergencial remoto e aprofunda-se as vulnerabilidades sociais. Deste modo, as estratégias de permanência estudantil são, mais que nunca, necessárias e importantes. A pesquisa documental expressa a seguir as reformulações desses mencionados programas e serviços no cenário das UFs paulistas.

Entretanto, antes da atual crise sanitária, como destaca Santos (2020), as experiências de assistência estudantil no Brasil já se apresentavam bastante diversas; todavia, notou-se um determinado padrão que privilegia ações voltadas à saúde, moradia, alimentação e a atenção por estudantes que são responsáveis por crianças, sem menções a ações voltadas para inclusão digital e com tímido apoio às situações de excepcionalidade que podem afligir os discentes.

As universidades federais presentes no estado de São Paulo, objeto desta investigação, são: a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e a Universidade Federal do ABC (UFABC). Todas as instituições

mencionadas apresentam números de estudantes similares, em média de 14000 graduandos, bem como, as três universidades adotam uma pró-reitoria exclusiva para administrar as ações de assistência estudantil localmente. Do mesmo modo, o critério de renda para acesso aos programas e serviços nestas UFs segue o que é recomendado pelo PNAES: um salário mínimo e meio *per capita*.

Os documentos, como editais, atas circulares, notas e informativos destas universidades ilustram de que forma as assistências estudantis locais (re)organizaram-se para responder às novas expressões das demandas sociais e econômicas mediante a crise sanitária, mediadas pelas limitações estruturais e orçamentárias impostas.

A atenção à saúde, por exemplo, tão em evidência na atual crise pandêmica, além de ser uma importante área estratégica do PNAES e das assistências estudantis localmente, estão presentes nas três UFs mencionadas, com serviços específicos voltados para essa dimensão, entretanto, com características diferentes, como veremos a seguir.

O autor Santos (2020), em sua dissertação de mestrado, categorizou os serviços de saúde das universidades federais brasileiras em dois tipos diferentes, baseado na capacidade de cobertura e na variedade de ações neste âmbito. A UNIFESP e a UFSCar, segundo estes critérios, encontram-se na categoria de serviços de saúde ampliados, devido à positiva estrutura que estas universidades consolidaram para atender as demandas de saúde do corpo estudantil. Já a UFABC, por outro lado, detém o serviço básico, com uma menor oferta e cobertura de ações, baseando-se em orientações de saúde, sem atendimentos clínicos e multiprofissionais.

Deste modo, percebeu-se que a estrutura da assistência estudantil que antecede este momento de crise sanitária influencia nas respostas que as UFs podem oferecer diante ao atual cenário.

A UNIFESP⁵ e a UFSCar⁶, que contam com uma estrutura de serviços ampliados, realizam o monitoramento e acompanhamento de alunos com casos suspeitos de COVID-

⁵ Informações disponíveis em: <https://www.unifesp.br/reitoria/prae/publicacoes/publi/comunicados/565-novas-diretrizes-para-o-funcionamento-do-servico-de-saude-do-corpo-discente-sscd>. Acesso em 28/03/2021.

⁶ Informações disponíveis em: <https://www.deas.ufscar.br/>. Acesso em: 25 mar. 2021.

19, mesmo que em determinados períodos suspenderam alguns serviços, de modo a reorganizar a oferta.

A UFABC, por sua vez, por não contar com a mesma estrutura para a atenção à saúde estudantil, como as demais federais do estado paulista, não apresentou mudanças – ampliação ou redução – na oferta dos serviços⁷. Entretanto, a acolhida psicossocial foi continuada nesta e nas demais universidades aqui mencionadas.

Neste período de confinamento e isolamento social, imposto por esta crise sanitária, as ações voltadas à saúde mental necessitam de destaques, diante das inúmeras consequências para a população:

As publicações advertem à população que, em situações de distanciamento e isolamento, algumas formas de mal-estar são comuns, como a sensação de impotência, tédio, solidão, irritabilidade, tristeza e medos diversos (de adoecer, morrer, perder os meios de subsistência, transmitir o vírus), podendo levar a alterações de apetite e sono, a conflitos familiares e a excessos no consumo de álcool ou drogas ilícitas (LIMA, 2020, n.p.).

Nesse sentido, a UFSCar se destaca ao oferecer acolhimento ao luto, voltado para pessoas que perderam seus entes na pandemia, e o grupo de autocontrole da ansiedade para estudantes. Ambas as estratégias ocorrem de forma remota, visando oferecer esse apoio institucional, fortalecendo a rede de saúde voltada aos estudantes.

O quadro a seguir expressa a conjuntura geral das ações voltadas à saúde nas universidades paulistas:

Quadro I - Atenção à saúde:

Área		UNIFESP	UFABC	UFSCAR
Saúde	A n t e s 8	Serviço de saúde ampliado.	Serviço de saúde básico.	Serviço de saúde ampliado.
	D u r a	Mantiveram-se os serviços ampliados.	Mantiveram-se os serviços básicos.	Não há informações se os serviços de saúde foram mantidos, com exceção do atendimento odontológico.

⁷ Informações disponíveis em <https://proap.ufabc.edu.br/promocao-a-saude/atividades-realizadas-pela-secao>. Acesso em: 25 mar. 2021.

⁸ "Antes" indica as características desta ação antes da pandemia COVID-19.

	n t e 9			explicitamente suspenso.
		Realizou-se o monitoramento de alunos com casos suspeitos de COVID-19.	Não houve ações complementares.	Realizou-se o monitoramento de alunos com casos suspeitos de COVID-19.
		No campo da saúde mental, ocorre a acolhida psicossocial na pandemia.	No campo da saúde mental, ocorre a acolhida psicossocial na pandemia.	No campo da saúde mental, ocorre a acolhida psicossocial na pandemia, com apoio ao luto e grupos para o controle de ansiedade.

Quadro criado pelos autores deste artigo.

Percebe-se, portanto, que houve uma reconfiguração na oferta nos serviços de saúde universitária vinculados às assistências estudantis. Essa mudança foi motivada, sobretudo, pelo desafiador cenário no qual essas instituições estão inseridas, apoiando-se na estrutura pré-existente destas universidades.

Por outro lado, a atenção à habitação como uma dimensão da assistência estudantil nas universidades federais é contemplada através dos serviços de moradia universitárias e os auxílios na modalidade moradia. Segundo Garrido (2015), os estudos da área demonstram que os alojamentos viabilizam a permanência do estudante, potencializando o rendimento acadêmico e estimulando as interações sociais. Logo, a atenção à moradia é um aspecto essencial na proteção do direito discente.

O atual cenário de crise sanitária, em que as pessoas precisam permanecer em casa para evitar exposição ao vírus, evidencia-se a importância do suporte na dimensão de habitação como um forte aliado no combate a COVID-19 e na viabilidade do ensino remoto emergencial. Observa-se que todas as universidades pesquisadas pautam por essa estratégia, mesmo que de modos diferentes.

Dentre as UFs pesquisadas, a UNIFESP e a UFABC não contam com residências universitárias; defasagem que se caracteriza como um elemento prejudicial na assistência aos estudantes mais vulneráveis. A UFSCar, por outro lado, conta com esse serviço dentro do próprio campus.

⁹ "Durante" indica as características desta ação durante a pandemia COVID-19.

No cenário da pandemia, as universidades não criaram novas moradias universitárias. A UFSCar manteve seu serviço em funcionamento, porém com redução na capacidade, de modo a viabilizar o isolamento social e, ao mesmo tempo, prover um local adequado e exclusivo para os estudos, com menores interferências familiares e de infraestrutura, uma vez que a água, energia, internet e manutenção, incluindo a higienização especial devido a COVID-19, são fornecidas pela instituição¹⁰.

De outro modo, os auxílios na modalidade moradia fazem-se presentes nas três universidades, mesmo com suas particularidades. Segundo Santos (2020), as universidades federais brasileiras organizam seus programas de auxílios de diferentes formas, porém, identificou-se duas principais tipologias que, por sua vez, estão presentes entre as instituições paulistas. A UFABC e a UFSCar adotam o tipo de auxílio chamado *setorial*, ou seja, as modalidades são divididas de acordo com as áreas estratégicas do PNAES. O mesmo não ocorre com a UNIFESP, onde há uma modalidade única, incorporando diversas dimensões do PNAES em um auxílio, e a distribuição de valores pecuniários ocorre segundo o nível de vulnerabilidade dos discentes – esse tipo de auxílio é denominado pelo autor como *perfil*.

Logo, por mais que não se tenha a nomenclatura "auxílio moradia", o auxílio único da UNIFESP tenciona responder a essa demanda, através do valor total oferecido. Deste modo, as três federais aqui mencionadas pontuam essa estratégia, de modo a contribuir com o pagamento de aluguel e despesas da casa em que o estudante estiver residindo.

Entretanto, o critério de permanência nessa modalidade de auxílio para a UFABC permaneceu em "residir na cidade em que o estudante está matriculado"¹¹, ou seja, estudantes que voltassem para suas cidades natais durante a pandemia perderam tal apoio financeiro da universidade. Por sua vez, de modo a complementar as ações de proteção ao discente, a UFSCar oferece um kit de higienização junto com o auxílio.

A tabela a seguir ilustra o cenário da atenção à moradia nas universidades federais paulistas:

¹⁰ Disponível em:

https://www.bolsas.ufscar.br/BOL_SAS/ProACE/documentos/Nota_ProACE_Bolsistas_PAE.pdf Acesso em 28/03/2021.

¹¹ Informações disponíveis em: <https://proap.ufabc.edu.br/editais/bolsas-socioeconomicas/edital-proap-8-2020> Acesso em 28/03/2021

Quadro II - Atenção à moradia:

Área		UNIFESP	UFABC	UFSCAR
Moradia	A n t e s	Não há serviço de moradia universitária.	Não há serviço de moradia universitária.	Oferece o serviço de moradia universitária.
		Adotava-se o auxílio de modalidade única, que incorpora a área de moradia.	Adotava-se o auxílio na modalidade moradia através do tipo Setorial.	Adotava-se o auxílio na modalidade moradia através do tipo Setorial.
	D u r a n t e	Não houve alterações.	Não houve alterações.	O serviço de moradia opera em capacidade reduzida, com suporte na higienização e monitoramento das casas. Junto à oferta do auxílio moradia, incrementou-se kits de higienização.

Quadro criado pelos autores deste artigo

Adiante, a assistência alimentar, um dos eixos preconizados pelo PNAES, representa uma importante esfera que, articulada às demais áreas, viabiliza a proteção do direito à educação. No contexto de pandemia e com o fechamento dos serviços presenciais, o mencionado eixo teve de ser readequado a uma nova dinâmica.

As três universidades aqui pesquisadas possuíam restaurantes universitários (RU), entretanto apenas a UFSCar não possui unidades do RU em todos seus campi. Como forma de adequação a este período, a UNIFESP optou por fechar os restaurantes no primeiro momento, mas reabriu a unidade que fica localizada no campus São Paulo, atendendo aos estudantes dos cursos de Medicina, Enfermagem e outros que dão suporte ao Hospital São Paulo. A UFABC, por sua vez, optou por fechar os RUs e adaptar seus editais, concedendo auxílio na modalidade alimentação através de subsídio financeiro, ao contrário do praticado anteriormente, que era a gratuidade no restaurante universitário.

A UFSCar, diferente das demais federais paulistas, adaptou os restaurantes de modo a ofertar marmitas gratuitamente aos estudantes mais vulneráveis, ao mesmo tempo em que incluiu a modalidade de auxílio alimentação, como uma alternativa à oferta direta de refeições.

Outra iniciativa que merece destaque é a articulação interinstitucional de modo a ampliar os serviços de proteção ao discente. A parceria entre a UNIFESP, a UFABC e Serviço Social em Perspectiva, Montes Claros (MG), volume 5, número 2, jul./dez. 2021. ISSN 2527-1849

o Ministério Público do Trabalho para Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas e Quilombolas – Rede PROINQUI, estabelecida em 2019, proporcionou a entrega de 2000 cestas básicas em comunidades indígenas e quilombolas, na região do Vale do Ribeira e Eldorado, além de uma cota aos universitários destas duas instituições.

Com isto, houve a distribuição de 465 cestas para estudantes vulneráveis da UNIFESP e a mesma quantidade para estudantes da UFABC. Esta ação também foi destaque na “II Semana de Direitos Humanos da UFABC”¹², ocorrida de 16 a 18/12/2020.

O quadro a seguir expressa o cenário paulista da assistência alimentar universitária:

Quadro III - Atenção à alimentação:

Área		UNIFESP	UFABC	UFSCAR
Alimentação	A n t e s	Há restaurantes universitários em todos os campi da instituição.	Há restaurantes universitários em todos os campi da instituição.	Há restaurantes universitários, mas não em todos os campi da instituição.
		Adotava-se o auxílio de modalidade única, que incorpora a área de alimentação.	Não se adotava o auxílio na modalidade alimentação.	Não se adotava o auxílio na modalidade alimentação.
	D u r a n t e	Apenas um restaurante permaneceu aberto.	Todos os restaurantes foram fechados.	Mantiveram os restaurantes abertos, oferecendo marmitas.
		Não houve alterações na oferta dos auxílios.	Adotou-se o auxílio na modalidade alimentação.	Adotou-se o auxílio na modalidade alimentação, como alternativa ao uso do restaurante na pandemia.
		Distribuição de cestas básicas, estratégia em conjunto com a UFABC.	Distribuição de cestas básicas, estratégia em conjunto com a UNIFESP.	Não foi identificado distribuição de cestas básicas aos discentes

Quadro criado pelos autores deste artigo

Em outra dimensão da proteção estudantil, as ações de atenção aos universitários que são mães, pais e responsáveis por crianças de até seis anos viabilizam a permanência

¹² Informações disponíveis em <https://eventos.ufabc.edu.br/evento/ii-semana-de-direitos-humanos-da-ufabc/>. Acesso em 07/04/2021.

destes sujeitos no ensino superior, de modo a ampliar a rede de apoio destas famílias, possibilitando a dedicação nos estudos e na formação profissional.

De mesmo modo, Dias e Soares (2018) relatam que as Unidade de Atendimento à Criança (UAC) constitui-se como equipamentos importantes no processo de socialização na relação criança/criança, adulto/criança, sendo o primeiro espaço coletivo que a criança ocupa depois do grupo familiar, fortalecendo a proteção das crianças por meio de orientações como o aleitamento materno, desfralde, vacinas e tantas outras que perpassam a maternidade e à infância.

No quadro a seguir evidenciam-se as estratégias voltadas para esse âmbito, vinculadas a assistência estudantil, em que a UFSCar¹³, entre as instituições estudadas, é a única que possui uma UAC, sendo 25% das vagas são voltadas para estudantes selecionados através de edital e 75% são universalizadas para comunidade através de sorteio público.

Quadro IV – Atenção aos pais, mães e responsáveis:

Área		UNIFESP	UFABC	UFSCAR
Atenção aos pais, mães e responsáveis	A n t e s	Não há serviço de creche universitária.	Não há serviço de creche universitária.	Oferece o serviço de creche universitária.
		Adota o auxílio na modalidade creche.	Adota o auxílio na modalidade creche.	Adota o auxílio "pai/mãe", como adicional ao auxílio moradia.
	D u r a n t e	Não houve alterações.	Não houve alterações.	Os serviços da creche são oferecidos na modalidade remota. Não houve alterações no auxílio.

Quadro criado pelos autores deste artigo

Devido a pandemia e a necessidade do isolamento social, o serviço presencial da UAC-UFSCar foi suspenso, realizando acolhimentos, diálogos e envio de sugestões de vivência e interação entre as crianças e a família de maneira remota, incluindo com um

¹³ Informações disponíveis em <http://www.uac.ufscar.br/front-page> . Acesso em 28/03/2021.

canal na plataforma YouTube¹⁴, visando potencializar o convívio e a interação da família em casa.

Por outro lado, no âmbito dos programas de auxílios financeiros, como pode ser observado pelo quadro acima, as três UFs adotam alguma modalidade, visando o apoio a estas famílias com crianças, em diferentes valores.

Vale-se ressaltar, segundo Amaral e Vieira (2009), que na atual sociedade a mulher desempenha uma tripla jornada de trabalho, como cuidadora dos filhos/as, responsável pelas atividades domésticas, do trabalho, e em algumas situações, dar contas dos seus estudos enquanto orienta os estudos dos filhos, sobretudo neste atípico contexto de educação remota. Porém, não se identificou ações complementares e específicas para as universitárias mães, nem aumento no valor dos auxílios.

Deste modo, no contexto da pandemia, a manutenção do auxílio creche e o acompanhamento pela unidade de educação infantil mostram-se ações necessárias diante ao cenário de aprofundamento das vulnerabilidades sociais, de modo a evitar evasão escolar e potencializar a permanência dos estudantes responsáveis por crianças no ensino superior. Entretanto, não houve grandes mudanças na configuração da oferta desta estratégia.

Outra dimensão de destaque para o atual cenário é a inclusão digital que, por sua vez, está prevista no PNAES desde sua promulgação, constituindo-se como uma das áreas prioritárias e estratégicas para as assistências estudantis brasileiras. Entretanto, segundo os estudos de Santos (2020), as UFs não priorizavam estas ações até então, relegando-as ao segundo plano.

No atual contexto de COVID-19, com as medidas de isolamento social e o ensino na modalidade remota, a inclusão digital se faz presente e necessária. Entre as federais paulistas, a UNIFESP realizou uma pesquisa para identificar a demanda do corpo discente nesta área, em que obteve 1108 solicitações de equipamentos de informática¹⁵,

¹⁴ Informações disponíveis em <https://www.youtube.com/channel/UC6jaUGBMgdArcZWzVEkxefA> Acesso em 28/03/2021.

¹⁵ Informações disponíveis em <https://www.unifesp.br/reitoria/proadmin/images/Governanca/Chamamentos%20P%C3%BABlicos/Dispensa%2065/Of%C3%ADcio%20justificativa%20da%20demanda.pdf>. Acesso em 07/04/2021.

demonstrando a demanda por inclusão digital, área que até então não era incorporada pela assistência estudantil local.

O quadro a seguir expressa essa mudança no cenário das universidades paulistas

Quadro V - Inclusão digital:

Área		UNIFESP	UFABC	UFSCAR
Inclusão digital	A n t e s	Não existiam ações voltadas a esta área.	Não existiam ações voltadas a esta área.	Não existiam ações voltadas a esta área.
	D u r a n t e	Empréstimos de computadores.	Empréstimos de computadores e auxílio para aquisição permanente.	Adoção de auxílio para aquisição permanente de computadores pessoais.
		Adoção de auxílio para acesso à internet.	Não houve auxílio para acesso à internet.	Adoção de auxílio para acesso à internet.
		Concessão de chips	Concessão de chips	Concessão de chips

Quadro criado pelos autores deste artigo

Como se pode notar no quadro acima, antes da pandemia, as universidades federais presentes no estado de São Paulo refletiam o cenário nacional e não desenvolviam ações destinadas para a inclusão digital. Porém, o que se percebe depois da eclosão da COVID-19, até pela própria exigência da conjuntura discutida no parágrafo anterior, foi o desenvolvimento, por parte das três universidades analisadas, de ações nessa área, com destaque para editais específicos voltados para empréstimos de computadores, concessão de auxílio para aquisição permanente de equipamentos computacionais pessoais e pagamento de auxílio para contratação de serviços de acesso à internet para o discente.

Importante destacar que o Ministério da Educação (MEC) assumiu as orientações gerais de algumas dessas ações de inclusão digital através do "Programa Alunos Conectados", que tem como foco possibilitar que alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica acessem internet por meio de *chips* disponibilizados pelo ministério para as UFs.

Dentro desse quesito da inclusão digital, vale destacar ainda que a UFABC foi pioneira nas ações voltadas para concessão de equipamentos computacionais no estado

Serviço Social em Perspectiva, Montes Claros (MG), volume 5, número 2, jul./dez. 2021. ISSN 2527-1849

de São Paulo, tendo em vista que antes das demais universidades federais paulistas e o próprio MEC orientar a execução de editais voltados para a aquisição de equipamentos ou concessão de auxílios para esse fim, a mencionada universidade desenvolveu em abril/2020 o Programa de Acesso e Permanência: Inclusão Digital Solidária¹⁶.

Tal programa teve como objetivo o recebimento de computadores provenientes de doação de pessoas da comunidade e servidores da instituição, para entregarem a estudantes socioeconomicamente vulneráveis, com vistas a estes desenvolverem atividades acadêmicas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, incluindo aquelas de cunho social, voltadas ao enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus.

Pelo exposto, evidencia-se que uma das remodelagens urgentes que a pandemia exigiu das três universidades aqui analisadas, no âmbito da assistência estudantil, foi na esfera das ações voltadas para inclusão digital. Denota-se que o atual cenário expressa a defasagem das experiências de assistência estudantil locais para este âmbito, mesmo que já prevista pelo PNAES.

Adiante, em uma diferente atenção ao estudante universitário, há uma ação relativamente comum nas universidades federais brasileiras denominada como *auxílio emergencial*. Diferentemente do auxílio emergencial gestado pelo Ministério da Cidadania que se iniciou somente em 2020, devido a necessidade do isolamento social e as consequências econômicas do afastamento do trabalho (BRASIL, 2020), o auxílio emergencial da assistência estudantil já existia em vinte e cinco universidades federais antes mesmo da pandemia da COVID-19, e representava cerca de 40% das UFs no cenário nacional (SANTOS, 2020).

Segundo o autor, o mencionado auxílio tem como objetivo específico apoiar alguma necessidade eventual e temporária que comprometa a permanência do estudante na universidade. Outras características marcantes deste auxílio são: pode ser solicitado a qualquer momento pelo estudante, independente do período acadêmico; não possui vagas limitadas, e, quando concedido, tem uma duração limitada.

Antes da pandemia, entre as instituições presentes no estado de São Paulo, apenas a UFABC adotava a modalidade de auxílio emergencial, característica que, nesta

¹⁶Informações disponíveis em <https://www.ufabc.edu.br/noticias/programa-incentiva-doacao-de-computadores-para-acesso-e-permanencia-de-estudantes-da-ufabc>. Acesso em 07/04/2021.

instituição, mantém-se nos dias atuais, sob o valor a ser estipulado pela equipe de assistentes sociais desta universidade. Entretanto, essa modalidade não pode ser usufruída quando o estudante já é atendido por outros auxílios, logo, este auxílio emergencial não provê uma renda extra para apoiar eventualidades, mas sim abarcar estudantes que, até então, não foram incluídos nos editais regulares de auxílio financeiro.

A UNIFESP, por outro lado, não adotava a mencionada modalidade, entretanto, diante aos impactos sociais e econômicos da atual pandemia, em abril de 2020 foi ofertado o auxílio emergencial no valor estipulado de R\$100,00, com vigência de dois meses¹⁷, destacando uma adaptação institucional diante do contexto.

A UFSCar de igual forma a UNIFESP, também incorporou a modalidade emergencial diante o contexto de pandemia, mas com o auxílio em outra nomenclatura, "Benefício de Suporte à Permanência", voltado a estudantes que não foram contemplados nas chamadas regulares do programa de auxílios, sob o valor de R\$ 139,64, com vagas limitadas, visando ampliar a inclusão discente nas estratégias de permanência universitária¹⁸.

Assim, de modo a ilustrar essas adaptações, na modalidade de auxílio emergencial que, por sua vez, apresentou substanciais alterações no cenário paulista, segue o quadro:

Quadro VI - Auxílio emergencial institucional

Área		UNIFESP	UFABC	UFSCAR
Emergencial institucional	A n t e s	Não se adotava o auxílio na modalidade emergencial.	Adotava-se o auxílio na modalidade emergencial.	Não se adotava o auxílio na modalidade emergencial.
	D u r a n t e	Adotou-se a modalidade emergencial (temporário).	Não houve alterações.	Adotou-se a modalidade, sob a nomenclatura "Benefício de Suporte à Permanência".

Quando criado pelos autores deste artigo

¹⁷ Informações disponíveis em <https://www.unifesp.br/reitoria/prae/publicacoes/publi/editais-publicados/529-edital-auxilio-estudantil-emergencial-covid-19>. Acesso em 07/04/2021.

¹⁸ Informações disponíveis em https://www.diariodareitoria.ufscar.br/wp-content/uploads/EDITAL_SUPORTE_PERMANENCIA.pdf. Acesso em 07/04/2021.

Por fim, entende-se que as normativas institucionais que regulamentam, preveem e orientam os fluxos de informações e ações da assistência estudantil local, são elementos de extrema importância ao analisar a (re)estruturação das mencionadas estratégias. É por meio dos editais de ingresso, portanto, que os discentes terão a oportunidade de acessar (ou não) as ações de promoção à permanência universitária.

Percebe-se que, com a explanação até aqui desenvolvida, houve diversas mudanças na configuração das ações que compõem a assistência estudantil nas universidades presentes no estado de São Paulo, mas, não suficiente, determinados regulamentos de acesso e condicionalidades de permanência nestes recursos também se alteraram, como expressa o quadro a seguir:

Quadro VII - Regulamentações da assistência estudantil nas universidades pesquisadas:

Área		UNIFESP	UFABC	UFSCAR
Regulamentações	A n t e s	Edital para o programa de auxílios de caráter periódico, sem limite de vagas.	Edital para o programa de auxílios de caráter periódico, com limite de vagas.	Edital para o programa de auxílios de caráter periódico, sem limite de vagas.
	D u r a n t e	Não houve mudanças no edital, com exceção dos critérios para permanência no programa.	Não houve mudanças no edital, com exceção dos critérios para permanência no programa.	Prorrogação e criação de editais adicionais. Incluindo renovação de todos auxílios durante a pandemia.
			Instituiu valor adicional nos auxílios já vigentes.	Monitoramento de estratégias de assistência em outras UFs.

Quadro criado pelos autores deste artigo

Antes de mais nada, em termos administrativos, as três instituições aqui mencionadas adotam pró-reitorias próprias para a gestão da assistência estudantil. Essa similaridade normativa possibilita observar de que forma outras características são compartilhadas no cenário estadual, como é o caso dos editais periódicos que, em outras palavras, delimita um tempo para a inscrição do discente no programa de auxílios financeiros.

Diante à pandemia da COVID-19 que, em consequência, expressou a dinamicidade das demandas sociais, os editais para auxílio financeiros destas três universidades federais paulistas não se alteraram, permanecendo como periódicos, ou seja, limitando a

inclusão discente na assistência estudantil nos períodos estipulados, desconsiderando demandas que possam ocorrer em outros momentos não previstos pelos editais.

O auxílio emergencial da UFABC, neste contexto, expressa sua importância como uma alternativa para responder a lacuna desta cobertura. Voltada ao público que não conseguiu acessar a assistência estudantil no período padrão do edital na UFABC, o destacado auxílio oportuniza estender a proteção dos direitos estudantis para além do tempo institucional.

Não obstante, nota-se que esta mesma universidade, a UFABC, também foi a única que inseriu um valor adicional nos auxílios já existentes, visando ampliar a proteção do público da assistência estudantil local neste contexto sanitário atípico. A UFSCar, por sua vez, lançou editais complementares para incluir novos discentes nas suas estratégias de permanência universitária, além de renovar os auxílios de todos que já estavam incluídos.

Já a UNIFESP, por outro lado, não foi identificada nenhuma ação de extensão ou novos editais de inclusão discente na assistência, porém, assim como a na UFABC, as condicionalidades de permanência no programa de auxílio foram alteradas, de modo que a reprovação por nota ou frequência se deixa de ser um determinante para a continuidade ou exclusão do discente nos programas da assistência estudantil institucional.

Ademais, nota-se que em 2020 foi implementado a informatização no processo seletivo para auxílios financeiros da UNIFESP¹⁹, o que viabilizou as inscrições remotas para a inclusão em época de isolamento social na assistência estudantil local.

Entende-se que, diante do atual contexto de ensino emergencial remoto, essas mudanças de maior ou menor grau de impacto possibilitam que os estudantes tenham maior possibilidade de acessar as estratégias de permanência no ensino superior. Através destes dados, torna-se nítido que a crise sanitária foi um fator externo e determinante para se repensar a assistência estudantil em cada instituição.

De modo geral, compreende-se que cada universidade aqui pesquisada apresenta pontos fortes específicos, que contribuem para a caracterização da assistência

¹⁹Informações disponíveis em “Resultado Edital PAPE 2020” em:
<https://www.unifesp.br/reitoria/prae/editais/editais/auxilio-permanencia/resultados> . Acesso em 08/04/2021.

estudantil em cada localidade. A UFSCar detém uma forte presença na área de moradia, na atenção aos estudantes responsáveis por crianças e na flexibilidade das regulamentações de modo a acompanhar a dinâmica da realidade social em tempos de crise sanitária decorrente da pandemia. A UNIFESP destaca-se em seus serviços de saúde voltadas ao corpo estudantil e na articulação com demais instituições, como a UFABC, em uma ação conjunta para distribuição de cestas básicas. A Universidade Federal do ABC, por sua vez, já adotava o auxílio emergencial antes mesmo da pandemia, e na atualidade tal recurso demonstrou-se como um aliado coerente para o enfrentamento das inesperadas consequências da crise sanitária sobre os estudantes.

Por outro lado, percebe-se que a defasagem estrutural e financeira das assistências estudantis locais, que antecedem a pandemia (MARTINS; JUNIOR; RODRIGUES, 2019), impacta na capacidade de oferta de ações em prol à proteção do estudante diante à crise sanitária. A ausência de uma ampla cobertura em saúde na UFABC prejudicou a assistência estudantil de modo a tornar inviável um monitoramento e acompanhamento de discentes em casos suspeitos de COVID-19, como ocorreu nas demais federais paulistas. O mesmo ocorre para a UFABC e a UNIFESP quanto à moradia universitária, que não contam com essa estrutura e, portanto, suas ações neste âmbito ficam a cargo apenas dos programas de auxílios financeiros.

Entretanto, todas as três federais aqui mencionadas se destacam nas ações de inclusão digital, uma vez que, antes da pandemia, não haviam ações para estas áreas, assim, o auxílio para internet, aquisição de computadores e empréstimo de equipamentos são ações pioneiras para o cenário paulista.

Verifica-se, portanto, que há um determinado grau de similaridade entre a assistência estudantil dessas universidades; entretanto, suas ações apresentam características próprias e, com o advento da pandemia, estas experiências de permanência universitária se diversificam ainda mais e, não suficiente, o atual momento histórico brasileiro também marca um novo momento para a assistência estudantil, ao incorporar novas ações e ressaltar áreas estratégicas que antes eram relegadas ao segundo plano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual contexto brasileiro, marcado por uma crise sanitária e social, expressa desafios para os usuários das políticas públicas e para as próprias instituições que oferecem os serviços e programas de modo a promover os direitos sociais. Nesse interim, o ensino superior sofreu um forte impacto, que reverberou em mudanças na oferta de auxílios e serviços neste último ano, devido a situação pandêmica da COVID-19, que colocou as universidades em trabalho na modalidade remota no âmbito do ensino, pesquisa, extensão e, também, suspendeu a maior parte das ações presenciais realizadas para promoção à permanência universitária.

Como foi visto neste artigo, a crise sanitária mundial aprofundou as expressões da desigualdade social, ampliando as vulnerabilidades da sociedade. A assistência estudantil, que tem como público discentes com dificuldades econômicas e sociais perante à permanência na universidade, viu-se diante de novas expressões e demandas que, para continuar contribuindo com o direito à educação, reformulou suas estratégias de modo a acompanhar o atual cenário.

Todas as universidades federais presentes no estado paulista seguiram essa direção de adaptação, mesmo que limitadas aos recursos e estruturas pré-existentes à pandemia, com especial destaque para a inclusão digital e o auxílio estudantil na modalidade emergencial, considerando-as como as maiores alterações na assistência estudantil regional para a atualidade.

A crise sanitária, que também se expressa como uma larga crise social, evidencia os limites e as possibilidades destas estratégias, uma vez que se visualiza a capacidade da assistência estudantil em reformular-se para acompanhar a dinâmica da realidade social, ao mesmo tempo em que incorporou as novas expressões das demandas manifestadas pelos estudantes. Deste modo, as Instituições Federais de Ensino, que vinham acostumadas à uma dinâmica inserida num *modus operandi* presencial, se depararam, repentinamente, diante de um contexto pandêmico, que trouxe mudanças na configuração e oferta destas ações, desafiando o fazer profissional das equipes que trabalham na arena da assistência estudantil, na manutenção da oferta de auxílios, ações e serviços de proteção do direito à educação nessa conjuntura tão peculiar e de profundos impactos.

Entretanto, os desafios históricos da assistência estudantil ilustram as limitações na oferta e na cobertura de suas ações ao corpo discente. A fragilidade normativa, com o PNAES ainda sendo uma política de governo e não de Estado, e escassez financeira que, por sua vez, impede a ampliação das estratégias de proteção estudantil nas instituições enquanto há uma crescente desigualdade social no contexto nacional, expressam os tensionamentos presentes no cotidiano da assistência estudantil brasileira.

Por fim, pontua-se que os resultados expressos aqui não são conclusivos, haja vista que, até o momento, a pandemia ainda está em movimento, além do desafio permanente de aprimorar as políticas públicas para acompanhar a realidade social, tornando-se imperativa a continuidade e ampliação das ações, o aprofundamento em outras dimensões deste campo, bem como a inclusão de outras instituições, ampliando a visão geral da assistência estudantil brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**. O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018

AMARAL, G. A.; VIEIRA, A. **A Mulher e a Tripla Jornada de Trabalho**: a Arte de Ser Beija-Flor. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR324.pdf>. Acesso em: 27/03/2021.

BARBOSA, A. L. N. H.; COSTA, J. S.; HECKSHER, M. Mercado de trabalho e pandemia da covid-19: ampliação de desigualdades existentes. In: **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, n. 69, p. 55-63, 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10186/1/bmt_69_mercdetrabalho.pdf. Acesso em: 25/02/2021.

BOLORINO, E.; FREIRE, A. A pandemia do covid-19 e os impactos para a educação brasileira. **Portal eletrônico UNESP**. Franca, 28 abr 2020. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/#/noticia/355/a-pandemia-do-covid-19-e-os-impactos-para-a-educacao-brasileira>. Acesso em: 17/03/2021.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, 329-376, jun. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000100014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11/02/2021.

BRASIL. Decreto Federal nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6096-24-abril-2007-553447-publicacaooriginal-71369-pe.html>. Acesso em 08/03/2021.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.039 de 18 de março de 2021. **Institui o auxílio emergencial para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid 19)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2021/Mpv/mpv1039.htm Acesso em: 08 abr 2021.

BRASIL. Painel Coronavírus. *In*: **Coronavírus Brasil**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CAPONI, S. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. In: **Estudos avançados**. São Paulo, v. 34, n. 99, pág. 209-224, agosto de 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142020000200209&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 18/03/2021

DIAS, M. de J. S.; SOARES, B. V. P. **Creche nas Universidades**: Um debate necessário para o ingresso e permanência de estudantes - Mães na graduação. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS. ABEPSS: Vitória, 2018.

Serviço Social em Perspectiva, Montes Claros (MG), volume 5, número 2, jul./dez. 2021. ISSN 2527-1849

FERREIRA, A. C. D. X.; SILVA, A. K. C. S. Ensaio acerca da anunciada tragédia brasileira: a crise do capital e o aprofundamento das desigualdades em tempos-espços de pandemia. In: **Serviço Social em Perspectiva**. Montes Claros (MG), volume 5, número 1, jan./jun. 2021. Disponível em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/3405/3513>.

Acesso em: 13/03/2021

FONAPRACE. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. UFU, 2018. Disponível em:

<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf>. Acesso em: 08/03/2021.

GARRIDO, E. N. A. Experiência da Moradia Estudantil Universitária: impactos sobre seus moradores. **Psicol. cienc. prof.** Brasília, v. 35, n. 3, pág. 726-739, setembro de 2015.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000300726&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08/03/2021.

GUIMARÃES, K. C. G; PINHEIRO, S. S. M. O Desgoverno Bolsonaro e o Novo Coronavírus: uma análise preliminar sobre o impacto social dessa combinação no Brasil. In: **Serviço Social em Perspectiva**. Montes Claros (MG), volume 5, número 1, jan./jun. 2021. Disponível em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/3347/3514>.

Acesso em: 12/03/2021.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n129/0101-6628-ssoc-129-0285.pdf>. Acesso em 09/04/2021.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 180 p. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Serviço Social – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5137>. Acesso em 09/04/2021.

LIMA, R. C. Distanciamento e isolamento social pela Covid-19 no Brasil: Impactos na saúde mental. In: **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [s. /], v. 30, ed. 2, 2020. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312020000200313.

Acesso em 09/04/2021.

MAGALHÃES, R. P. **Assistência Estudantil e o seu papel na Permanência dos Estudantes de Graduação**: a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2013.

Serviço Social em Perspectiva, Montes Claros (MG), volume 5, número 2, jul./dez. 2021. ISSN 2527-1849

MARTINS, P. F. M.; JUNIOR, C. A. M. A e RODRIGUES, J. A. Orçamento público para financiamento da assistência estudantil no ensino superior sob a perspectiva do direito humano fundamental à educação. In: **Argumentos**, vol. 16, n. 2, jul./dez. 2019. Departamento de Ciências Sociais, UNIMONTES - MG. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/214>. Acesso em: 09/04/2021.

PACHECO, J.A. **As Metamorfoses do ENEM**: De avaliação coadjuvante para protagonista chave das políticas públicas de acesso à Educação Superior. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, PUC-SP, 2013.

PAURA, S. G. O Serviço Social na Educação Superior. In: **Serviço Social e Educação**. Larissa Dahmer Pereira, Ney Luiz Teixeira de Almeida (organizadores). 2ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

PEREIRA, T.I.; SILVA, L.F.S.C. As Políticas Públicas do ensino superior no Governo Lula: expansão ou democratização? In: **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.2, p.10-31, jul/dez. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/16316>. Acesso em: 09/04/2021.

POERNER, A. J. **O poder jovem**: História da participação política dos estudantes brasileiros. 4 ed. São Paulo: Centro de memória da juventude, 1995.

SANTOS, E. H. M. **As configurações da assistência estudantil no Brasil**: O cenário do PNAES. 2020. 170 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais. Universidade Federal de São Paulo. Santos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/60792>. Acesso em: 09/04/2021.

TOSHKOV, D. **Research Design in Political Science**. 1st ed. London New York, NY:Palgrave, 2016.

UNIFESP. Universidade Federal de São Paulo. **Desigualdades e Vulnerabilidades na epidemia de COVID-19**: Monitoramento, análise e recomendações. Fundação Tide Setubal. São Paulo, 2020.